

Estudos históricos do presente: um diálogo entre colonialismo e colonialidade¹

Historical studies of the present: a dialogue between colonialism and coloniality

Arthur Harder Reis

Graduando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

arthurharder55@gmail.com

Recebido em: 15/10/2019

Aprovado em: 10/01/2020

Resumo: O presente artigo objetiva subsidiar novos estudos acerca do período colonial brasileiro e do pensamento decolonial a partir de uma associação entre colonialismo e colonialidade. Para tanto, recorro como referencial do colonialismo o livro *Formação do Brasil contemporâneo* de Prado Júnior. Quanto à colonialidade, em sua variedade, utilizo Quijano, Mignolo, Sousa Santos e outros autores que abordam a financeirização da vida e o atual momento do neoliberalismo. Como aporte historiográfico, o conceito de passado prático provém das considerações de Arthur Ávila e Hayden White. Concluo que a colonialidade e o colonialismo possuem diversas conexões, ilustradas pela desumanização da vida, e que, portanto, como fortalecimento teórico os estudos do giro decolonial devem, antes de naturalizar o “colonial” como categoria dada, historicizar o presente e recorrer ao passado prático a fim de potencializar seus estudos e ampliar as possibilidades epistêmicas, metodológicas e teóricas, engendrando também consequências internas à História disciplinada.

Palavras-chave: Passado prático; Colonialismo; Colonialidade.

Abstract: The present article aims to subsidize new studies about the Brazilian colonial period and the decolonial thinking through an association of colonialism and coloniality. For such, I resort as a referential to colonialism the work *Formação do Brasil Contemporâneo* by Prado Júnior. As for coloniality in its variety, I utilize Quijano, Mignolo, Sousa Santos and other authors that address the financialization of life and the current moment of neoliberalism. As historiographic contributions, the concept of practical past comes from the considerations of Arthur Ávila and Hayden White. I conclude that the coloniality and colonialism hold several connections illustrated by the dehumanization of life, and that, therefore, as a theoretical strengthening, the studies of the decolonial turn must problematize the "colonial" as a given category, historicize the present and resort to the practical past in order to potentialize their studies and amplify epistemic, methodological and theoretical possibilities, also engendering internal consequences to disciplined History.

¹ Deixo aqui meus agradecimentos aos pareceristas anônimos pelos pertinentes comentários e valiosas sugestões ao texto.

Keywords: Practical past; Colonialism; Coloniality.

Aplicada de manera específica a la experiencia histórica latinoamericana, la perspectiva eurocéntrica de conocimiento opera como un espejo que distorsiona lo que refleja. Es decir, la imagen que encontramos en ese espejo no es del todo quimérica, ya que poseemos tantos y tan importantes rasgos históricos europeos en tantos aspectos, materiales e intersubjetivos. Pero, al mismo tiempo, somos tan profundamente distintos. De ahí que cuando miramos a nuestro espejo eurocéntrico, la imagen que vemos sea necesariamente parcial y distorsionada. Aquí la tragedia es que todos hemos sido conducidos, sabiéndolo o no, queriéndolo o no, a ver y aceptar aquella imagen como nuestra y como perteneciente a nosotros solamente.

De esa manera seguimos siendo lo que no somos. Y como resultado no podemos nunca identificar nuestros verdaderos problemas, mucho menos resolverlos, a no ser de una manera parcial y distorsionada. (QUIJANO, 2019, p.282)

Em *As veias*, o passado sempre aparece convocado pelo presente, como memória viva de nosso tempo. Este livro é uma busca de chaves da história passada que contribuem para explorar o tempo presente, que também faz história, a partir do princípio de que a primeira condição para mudar a realidade é conhecê-la. Não se oferece aqui um catálogo de heróis vestidos como para um baile de máscaras e que ao morrer pronunciam frases solenes compridíssimas, mas sim indaga o som e as pegadas dos passos multitudinários que pressentem nossos passos agora. (Galeano 2018, p.371)

Introdução

O presente ensaio tem por objetivo tecer reflexões acerca do “colonial”, presente tanto nos estudos pós-coloniais e/ou decoloniais. O disparador da discussão aqui empreendida foi o questionamento *Introducción: pensar lo colonial* (2018), de Mario Rufer, Laura Catteli e Alejandro de Oto, introdução à Revista *Tabula Rasa* (n. 29), cujo dossiê - convocado por esses autores – se pautava na seguinte questão: “¿Qué es lo colonial en los estudios poscoloniales y en el giro decolonial?” (2018, p.11)²

² Questionam, aprofundando esta questão, o que seria o colonial enquanto categoria de análise. A reflexão sobre este conceito e sua praticidade não como termo dado, mas como algo construído também no nível do discurso. Todavia, esta é uma questão, por excelência, difusa. Vê-se que “lo cierto es que comprobamos que había costado mucho leer lo que sugeríamos como disparador: una reflexión sobre la categoría de ‘lo colonial’, y el campo que la construye y mantiene en circulación” (2018, p. 14), afirmam Rufer, Catteli e de Oto - talvez os textos que esperassem se assemelhava com que Joan Scott fez em 1985.

Não objetivo, todavia, responder esta questão de modo categórico ou normativo,³ mas antes realizar um exercício de aproximação entre o colonialismo⁴ e a colonialidade.⁵ Uma genealogia que implicaria certa linearidade entre a colonialidade e o colonialismo foi eliminada em razão das limitações deste ensaio, cuja ênfase é apontar a importância e as possibilidades entre o “passado prático” (WHITE, 2018), os estudos históricos do presente e a pesquisa histórica em uma perspectiva decolonial;⁶ e, portanto, não traçar sistematicamente estas conexões. Por fim, reflito sobre os deslocamentos do fazer historiográfico no marco da perspectiva decolonial.

Esclarecendo o debate

Nesta esteira, Verdesio (2018) assinala a importância do fator econômico no processo de colonização e, a um tempo, critica a ausência desse fator em muitas investigações que abusam do termo “colonial”.⁷ O apagamento e a distância dos estudos coloniais aos estudos pós-coloniais e decoloniais⁸ significa um enfraquecimento teórico, decorrente da falta de reflexão destinada

³ Faço das claras palavras de Benito Schmidt (2019, p. 35), quanto aos meus objetivos, as minhas: “Ressalto que não tenho a pretensão de oferecer conclusões prontas e acabadas. Objetivo, sim, delinear um programa coletivo de investigação e incentivar os e as colegas a também se preocuparem com essa pauta, tanto elegendo, para as suas pesquisas, objetos a ela relacionados[...]”.

⁴ O período sob administração colonial direta, Prado Júnior esboça esse quadro em *Formação do Brasil contemporâneo*. Trata-se do “período colonial” já consagrado pela historiografia tradicional, porém entendido aqui a partir da referida análise caiopradiana e de Fernando Novais (2019). Mais sobre o termo, e outros conceitos-chaves dos estudos pós-coloniais, ver: Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007).

⁵ Colonialidade os processos que ocorrem na contemporaneidade, de manutenção da dominação política, econômica, social e epistêmica. Um “novo padrão de poder mundial” erigido a partir do colonialismo (QUIJANO, 2010, 2019). Mais sobre o assunto, ver o propeidético artigo de Maldonado-Torres (2019).

⁶ Notamos a importância desta perspectiva no seguinte excerto do Grupo de Estudios sobre Colonialidad (2012, p.15), vê-se que, quanto às possibilidades de investigações históricas: “A pesar de los intentos de algunos autores por historizar algunas de las nociones teóricas y por visualizar cómo los ‘diseños globales’ de la colonialidad tienen consecuencias en las ‘historias locales’, las investigaciones históricas siguen siendo escasas. Darle continuidad a las mismas permitirá penetrar y comprender de manera cada vez más adecuada las dinámicas y las reconfiguraciones temporales de la colonialidad a lo largo de su particular historicidad”.

⁷ Ballestrin, contudo, afirma que “Já a desconsideração dos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos culturais não pode ser afirmada, uma vez que a própria noção de colonialidade está assentada na denúncia ao capitalismo e que a produção passada e presente de muitos dos seus autores carregam as influências de teorias preocupadas com a exploração/opressão econômica – libertação, dependência, “sistema-mundo” (2013, p. 111). Não me interessa aqui a discussão se, de fato, o aspecto econômico está em primeiro ou segundo plano, mas sim a evidência deste fator como central para as tentativas de interpretação do colonial brasileiro e de nossa modernidade; e ganha ainda mais peso pela opção a Caio Prado Júnior e seu referencial marxista. Ademais, Galeano em 1970, assim como Prado Júnior (2004, 1987), apontava a permanência do aparato colonial econômico sobre roupagens outras e seu forte poder de opressão e inferiorização da população nativa em função dos interesses econômicos - ponto chave para a compreensão do *continuum* colonialismo-colonialidade. Para uma discussão acerca da dicotomia entre cultura x economia, e a necessidade superá-la ver Grosfoguel (2010, p. 469-479).

⁸ Para uma discussão panorâmica sobre tais correntes, ver: Grupo de Estudios sobre Colonialidad (2012).

(paradoxalmente?) ao *colonial*; entende-se, portanto, que uma naturalização deste termo deve ser evitada.

Proponho, portanto, que o colonial seja uma categoria de análise⁹ que se vincule de modo direto com uma realidade específica (do presente e do passado) a ser estudada, e, neste sentido, possa contribuir para a interpretação de fenômenos da modernidade/colonialidade. Um movimento de aproximações e reflexões, continuidades e rupturas, uma análise que contemple o colonialismo e a colonialidade. Algo como estudos históricos do presente.

No entanto, não significa uma interpretação genealógica ou teleológica, mas antes, uma complexa “temporalidade palimpséstica” e uma totalidade histórico-social que, articulada pelo aspecto econômico, o transcende e não atua de forma unilinear ou como um organismo sistemático e orgânico; por excelência não é uma totalidade fechada em si: se desenvolve de modo próprio a partir da *colonialidade do poder*. Neste movimento, as considerações de Ávila (2018a, 2018b e 2018c) e White (2018) fornecem um aporte historiográfico fundamental, ao passo que a relação presente-passado ocorre a partir da indagação crítica ao passado para (re)pensar o presente.

Deve-se ressaltar que optamos por uma perspectiva de teor econômico, porém enfatizando as devidas ressalvas, do colonialismo, haja vista a opção por *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* e as considerações de Verdesio já mencionadas - além disso, o aspecto econômico em *As veias abertas da América Latina* de Eduardo Galeano (2018) permeia esta reflexão.

Ademais, enfatizo que não busco aqui uma investigação empírica sobre o período colonial em si. Mas antes subsidiar e incentivar reflexões que contemplem o colonialismo e a colonialidade, uma vez que comumente as investigações decoloniais “esqueçam” o colonialismo substancialmente, e as próprias investigações coloniais possam adquirir novos rumos.¹⁰

Algumas considerações acerca do colonialismo brasileiro

⁹ Entende-se o sentido de categoria de análise no presente texto, a partir da abordagem de cada problemática considerando a marca colonial em dado objeto de estudo – neste caso, a partir de *Formação do Brasil contemporâneo*, a marca colonial na contemporaneidade, relacional aos estudos decoloniais, reside na importância central aos aspectos econômicos em detrimento, direto ou indireto, de determinadas vidas humanas. A categoria de análise em questão opera reconhecendo, por óbvio, a diferença colonial.

¹⁰ Um caminho possível seria problematizar a ideia do “índio” e de “raça” notando como estes aspectos foram construções fundamentais e imprescindíveis à dominação colonialista, conforme Quijano (2019, p. 261). Conferindo-lhes, portanto, maior relevo nas páginas sobre o período colonial. Até enriquecendo, por exemplo, a discussão, presente em Novais (2019, p. 124), sobre a “preferência” ao escravizado africano.

Luciana Ballestrin (2013) suscita uma importante questão em *América Latina e o giro decolonial*, após revisar e elencar pontos, em linhas gerais, sobre o pós-colonialismo e o decolonialismo, ao final afirma que:

Entretanto, uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também o grupo foi atingido pelo “complexo de Colombo” (Melman, 2000). Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos. (BALLESTRIN, 2013, p.111)

Pensar a especificidade brasileira, portanto, é a um tempo desafiador e fértil, haja vista a pouca quantidade de trabalhos nesta área sob uma perspectiva assumidamente decolonial. A partir de *Formação do Brasil Contemporâneo*, busco pensar, sumariamente, o colonialismo brasileiro e sua relação com os processos da modernidade, estes por sua vez não desconectados ou independentes da colonialidade - em suas diferentes faces (SANTOS, 2019; QUIJANO, 2010, 2019; MIGNOLO, 2003).

Caio Prado Júnior buscou no livro em questão meios para entender o Brasil e, assim, novas possibilidades para um futuro construído a partir da realidade brasileira (FERREIRA, 2008; LIMA, 2008, KAYSEL, 2012).¹¹ Se pensar este autor como um pioneiro de um processo de decolonização possa constituir incompatibilidade teórica,¹² decerto sua proposta preza uma

¹¹ Nota-se a percepção da continuidade de traços coloniais, “Eis aí a grande questão com que se preocupa Caio Prado Júnior, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo: a presença marcante do passado colonial em todas as dimensões (geográfica, econômica, social e política) do Brasil-nação de 1942, visto como ‘um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou forma’ (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 11). Daí a necessidade identificada pelo autor de mergulhar nos três séculos de colonização em que se constituíram os fundamentos de nossa nacionalidade, para colher dados indispensáveis à compreensão do Brasil contemporâneo” (LIMA, 2008, p. 118).

¹² Prado Júnior parte de uma releitura do marxismo à luz da realidade brasileira, antes de uma, propriamente, empreitada decolonial. Contudo, seu valor é significativo ao passo que sua obra forma um importante arcabouço para uma análise concreta do colonialismo brasileiro sob uma perspectiva econômica. Sua concepção marxista permite seu uso de forma flexível, preocupa-se mais com a utilidade e adequação prática-teórica e menos com uma análise apriorística e inócua, vê-se que: “É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 19, grifo do original). A escolha por Prado Júnior não foi ao acaso, deve-se a sua intensa produção intelectual sobre o colonialismo e a incansável busca no passado de meios de entender criticamente o presente.

reconfiguração do Brasil a partir do Brasil.¹³ Considerando sua marca colonial, em que pese, sobretudo, o aspecto econômico formativo do país, o “sentido da colonização” para a gênese da modernidade/colonialidade - a saber, no que aqui exploro, a desumanização da vida.

Nos lembra Verdesio (2018, p.99-100) que:

Para explicar mejor mi sugerencia, pasemos primero a señalar otro de los puntos débiles de buena parte de los trabajos de la opción decolonial: a pesar de que lo colonial aparece en el propio nombre de esa corriente de pensamiento, rara vez es parte importante de los trabajos que se producen en su marco. Es paradójico que una corriente fundada y liderada por uno de los grandes promotores del modo de producción conocido como estudios coloniales casi nunca ofrezca estudios concretos donde lo colonial propiamente dicho sea parte de la investigación. Parecería que esse pasado colonial se diera por supuesto, que fuera visto como algo dado, como algo que todo el mundo conoce y sobre lo cual ya no es necesario hablar. Pero esa actitud puede llevar a una serie de errores de apreciación de los legados coloniales que siguen vigentes hoy, pues no todos provienen de las mismas situaciones coloniales.¹⁴

Se os aspectos discursivos, culturais, da construção e manutenção de imaginários coletivos, da forma de ser e saber, das ausências e construções nos/dos arquivos, e afins, considerando a marca colonial e a partir dela, no caso da América Latina já foram abordados significativamente, quanto ao Brasil ainda carecem de mais estudos.¹⁵ Veja-se entre Mariatégui e Prado Júnior (KEYSEL, 2012) a diferença entre as especificidades da América Portuguesa e Espanhola (em especial o Peru) e consequentemente do caso latino-americano, este último

¹³ Se buscarmos referenciais que contemplem, certo modo, o pensamento decolonial entre os intelectuais brasileiros, Manoel Bomfim, embora não nestes termos, no início do século XX pode configurar essa figura primária. Contudo, significativamente Darcy Ribeiro empreende estudos consistentes a partir deste ponto. Ver: Miglievich-Ribeiro e Romera (2018).

¹⁴ Verdesio (2018, p. 99-100) exemplifica logo em seguida: “Como ya he señalado en otros trabajos, cuando se trata de entender la vigencia de la matriz colonial en países como Uruguay (y en lugares como la Patagonia, que ocupa buena parte de los territorios de Chile y de la Argentina) a la luz de la versión inicial de la colonialidad del poder, fuertemente inspirada en el colonialismo que tuvo lugar en la zona andina, es muy probable que surjan cortocircuitos interpretativos, pues lo que ocurrió en esos otros territorios tiene mucho más que ver con el colonialismo de settlers que con la explotación a través de instituciones como la encomienda y el repartimiento (Verdesio, 2017, 2012). Es decir, tiene mucho más que ver con estrategias que privilegiaron el desplazamiento, exterminio y/o asimilación de los indígenas que con la explotación de vastas masas de indígenas que generan plusvalía para unos pocos europeos (Verdesio 2017, 2012)”.

¹⁵ Por exemplo, Ballestrín (2013) já assinalara a maior duração da empreitada portuguesa, Moya (2018, p. 40-47) contribui ao passo que aponta certas particularidades da experiência escravocrata brasileira (aproximando a da cubana) em relação às experiências dos demais países da colonização espanhola. Para não mencionar o já supracitado, por Ballestrín, “complexo de Colombo”.

apresentado, em maior ou menor grau, como uma unidade – que por sua vez, como afirma Ballestrin, exclui a América Portuguesa e, assim, o Brasil.¹⁶

Se na configuração do presente ensaio, como já dito, a ênfase constitui os aspectos econômicos, esquecer outros aspectos importantes que marcaram e constituíram o Brasil durante o período colonial (o colonialismo em vigência) e a “independência” adiante (a colonialidade em vigência) seria um sinal de incompletude.¹⁷ Todavia, destacamos outros aspectos importantes que, indubitavelmente, tornam a experiência brasileira mais inteligível. São eles o *verdeamarelismo* brasileiro conforme Chauí (2000) e a “inexperiência democrática” e o caráter recente “de pensar o Brasil a partir do Brasil” apontadas por Paulo Freire (2011) – estes, por sua vez, ocasionados pela forma de exploração econômica e de racialização, e outros processos, que o Brasil foi submetido (QUIJANO, 2019; PRADO JÚNIOR, 2011).

Chauí (2000) pensa o *verdeamarelismo* enquanto ideologia, responsável pela imagem do *brasileiro* na sua dimensão social, econômica, política e popular. Conforme a autora “o verdeamarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do ‘país essencialmente agrário’ e sua construção coincide com o período em que o ‘princípio da nacionalidade’ era definido” (CHAUÍ, 2000, p.32).¹⁸ Se a dimensão econômica - essencialmente agrário - já fora assinalada, o *verdeamarelismo* continha, também, o princípio de uma sociedade pacífica, ordeira e colaborativa, integrada pela união e rica por seus recursos naturais. E assim se constituía o mito fundador do Brasil.

¹⁶ Entretanto, de modo essencialista é correto afirmar que o “sentido da colonização” americana, nos trópicos, é pautado pelo mesmo objetivo. Nos seus desdobramentos encontra feições e meios de se concretizar distintas, “a maneira pela qual Mariátegui demonstra como os cultivos da costa peruana derivam dos interesses dos mercados metropolitanos de Londres e Nova York tem fortes semelhanças com a noção caio-pradiana de ‘sentido da colonização’ como origem e dinâmica da grande exploração. Em ambos os casos se apontam como os interesses mercantis externos determinam o desenvolvimento de certas atividades produtivas, além de condicionarem sua estrutura, ritmos de ascensão e crise” (KEYSEL, 2012, p. 54).

¹⁷ Ferlani (2010, p. 39) aponta que: “O relevo dado ao caráter comercial da colonização do Brasil, embora correto, deixa em segundo plano outras motivações presentes na empreitada portuguesa da América”. Faço tal menção a título de assinalar outras abordagens possíveis que contemplem os estudos decoloniais e a mirada crítica ao passado.

¹⁸ Mais adiante a autora aborda algumas tentativas de romper com o *verdeamarelismo* e sua visão sobre o país, como o ISEB, o movimento modernista e outros. No entanto, ressalta que essa visão se mantém viva, obviamente não igual, mas preservando ainda traços importantes: o povo pacífico, ordeiro, a integração de uma nação forte “por natureza” e a riqueza da terra, em termos extrativistas, como “propulsor econômico”, veja-se as commodities (CHAUÍ, 2000, p. 31-45). Nota-se hodiernamente evidentes traços deste discurso, emblemática é a bancada ruralista, a saber: com expressiva representação. A última, certo modo, formatada de forma semelhante com as características da agricultura brasileira voltada ao comércio exterior expostas por Prado Júnior (2011) e reforçada com o “Ato Proibitório - alvará de 5 de janeiro de 1785” comentado por Novais (2019, p. 302-308).

Ainda, no campo mitológico e ideológico, “[...] o verdeamarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por fazer (o Brasil desenvolvido [...])” (2000, p.42). Em seguida, Chauí afirma que o Brasil resulta “da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira”.¹⁹ Destaco o Estado que, mesmo após a República, manteve conservada sua imagem “de exterioridade e anterioridade”. Isto é dizer a manutenção do “mito fundador”, um país que mesmo após proclamada a República ou a recente redemocratização ainda preserve um Estado distante, exterior e quase que sobrenatural em relação às camadas pobres, trabalhadoras, iletradas e campesinas da população. Questão essa que não é de menor importância, Quijano (2010, p. 125), neste sentido afirma que:

a produção de um imaginário mitológico é um dos seus mecanismos mais característicos. A ‘naturalização’ das instituições e das categorias, que ordenam as relações de poder que foram impostas pelos vencedores/dominadores, tem sido, até agora, o seu procedimento específico.

Paulo Freire (2011, p.90-112) aborda um dos desdobramentos desta conformação subjetiva entre povo e Estado assentada em bases colonialistas, tal como expõe Chauí (2000). Trata-se da in experiência democrática brasileira, que antes de institucional é cultural. Próximo dos termos que pensa o educando, torna-se plenamente possível afirmar, em metáfora, que o Brasil foi um “país-objeto” em detrimento de um “país-sujeito” (FREIRE, 2018).²⁰ Marcado pela ausência do diálogo em favorecimento do paternalismo, da retirada deliberada do homem e da mulher comum da esfera pública (PRADO JÚNIOR, 2012), da inexistência de um autogoverno,

E seria sobre esta vasta in experiência caracterizada por uma mentalidade feudal, alimentando-nos de uma estrutura econômica e social inteiramente colonial, que inauguraríamos a tentativa de um estado formalmente democrático. (FREIRE, 2011, p.106)²¹

¹⁹ “Os dois primeiros [Deus e Natureza] não são só exteriores, mas também anteriores a ela; o terceiro, o Estado, tenderá a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois, percepção que, aliás, não é descabida quando se leva em conta que essa imagem do Estado foi construída no período colonial e que a colônia teve sua existência legal determinada por ordenações do Estado metropolitano, exterior e anterior a ela” (CHAUÍ, 2000, p. 42).

²⁰ Se pode-se parecer que o país-sujeito ocorre em função da ausência de ações políticas dos brasileiros, deve-se ter em conta que justamente certas ações daqueles que detinham o poder político foram essenciais para essa colocação.

²¹ Quijano (2019, p. 289) acrescenta que: “En esos países, al comenzar la Independencia, principalmente aquellos que fueron demográfica y territorialmente extensos a principios del siglo XIX, aproximadamente poco más del 90% del total de la población estaba compuesta de negros, indios y mestizos. Sin embargo, en todos estos países, durante el proceso de organización de los nuevos Estados, a dichas razas les fue negada toda posible participación en las decisiones sobre la organización social y política”.

Ademais, seguindo a análise de Prado Júnior (2012) a ausência de participação popular - de parte significativa da população - é processo comum no período da administração colonial portuguesa e nos anos seguintes da Independência e do Império. Contudo, assim como salienta trata-se de um processo de exclusão e dominação sistemática a fim de, entre outros, evitar justamente a presença do homem e da mulher comum nas decisões políticas. Contribuindo, portanto, as diferentes formas de opressão, sobremaneira a exploração econômica. Nota-se em Chauí (2000) e Freire (2011), ainda que não nos seus pormenores, a gênese de um importante traço da colonialidade a partir da experiência colonial brasileira. O controle do poder político-estatal por parte ínfima da população, excluindo por aspectos econômicos e raciais, como não nos deixa esquecer Quijano (2019), a grande maioria da população; e que, por conseguinte, mitigaria os processos de “independência” e fortaleceria o “sentido da colonização” de Prado Júnior (2011).

Quanto ao pensar o Brasil sob a perspectiva brasileira, ponto essencial para uma perspectiva decolonial, Freire, em 1967, afirma que:

Até o ISEB, a consciência dos intelectuais brasileiros ou da grande maioria daqueles que pensavam e escreviam dentro do Brasil tinha como ponto de referência tanto para o seu pensar como para a própria avaliação do seu pensar a realidade do país como objeto do pensar europeu e depois norte-americano. Pensar o Brasil, de modo geral, era pensar sobre o Brasil de um ponto de vista não brasileiro. Julgava-se o desenvolvimento cultural do Brasil segundo critérios e perspectivas nos quais o país era necessariamente um elemento estrangeiro. É evidente que este era fundamentalmente um modo de pensar alienado. Daí a impossibilidade de um engajamento resultante deste pensar. O intelectual sofria de uma nostalgia. Vivia mais de uma realidade imaginária, que ele não podia transformar. [...] O ISEB, que refletia o clima de desalienação característico da fase de trânsito, era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto. Pensar o Brasil como sujeito era assumir a realidade do Brasil como efetivamente era. Era identificar-se com o Brasil como Brasil. (FREIRE, 2011, p.129-130)

Caio Prado Júnior situa-se, nesse sentido, como uma importante possibilidade de pensar o Brasil. Se é verdade que utiliza a teoria marxista (europeia) para a realidade brasileira, assim o faz em uma tentativa de interpretação à realidade brasileira,²² é dizer que a compreensão do

²² “O legado deixado por Caio Prado Jr. e Mariátegui para o marxismo latino-americano é uma postura intelectual que prioriza não a fidelidade a determinados conceitos originais, mas a necessidade de compreender as particularidades da realidade social. Ambos partindo do marxismo de matriz comunista foram capazes de, ao priorizar o enraizamento nas condições concretas de seus países, romper seus estreitos limites. Assim, as obras

Brasil enquanto realidade própria, é ponto do pensamento deste autor. Além da fundamental - e nos lembra Verdesio (2018) um tanto ausente nos estudos decoloniais - compreensão da importância do fator econômico na empresa colonial. E, portanto, coerente aos objetivos do presente texto.

Uma ressalva necessária: a questão da totalidade histórico-social

Se tomarmos como pressuposto inicial de que o fator econômico seria por si só o aspecto explicativo de maior importância do colonialismo estaríamos, portanto, fadados à análises fragmentadas e que, inevitavelmente, apagariam outros tantos fatores de importância que ajudariam a interpretar o colonial e sua relação com a colonialidade; haja vista as diferentes formas de opressão que se cruzam, se confundem e são, ainda que ligadas, exteriores ao fato econômico e não plenamente compreendidas a partir de uma perspectiva monolítica econômica (GROSGOUEL, 2010). Ademais, tendo em vista os riscos interpretativos de compreensões orgânicas ou sistêmicas tratadas por Quijano (2010), o conceito de totalidade-histórico social contribui para expandir as considerações de Prado Júnior e inseri-las dentro de uma rede mais ampla, ainda tomando como válidas suas asserções.

Tomaremos como ponto de partida a concepção de Quijano (2010)²³ de totalidade histórico-social:

Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes um campo de relações sociais não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Conseqüentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente, até uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente conflituosa com a do conjunto.

desses dois autores representaram passos importantes para que o pensamento de Karl Marx, o qual nunca se preocupou com a América Latina, pudesse fazer sentido na região” (KEYSEL, 2012, p. 60).

²³ “À partida, é necessário reconhecer que todo fenómeno histórico-social consiste na expressão de uma relação social ou numa malha de relações sociais. Por isso, a sua explicação e o seu sentido não podem ser encontrados senão em relação a um campo de relações maior que o que lhe corresponde. Este campo de relações, em relação ao qual um determinado fenómeno pode ter explicação e sentido, é o que aqui se assume como conceito de totalidade histórico-social” (QUIJANO, 2010, p. 95).

Nisso reside também a moção de mudança histórico-social. (QUIJANO, 2010, p. 97-98)

Haja vista o pressuposto que permitirá a reflexão do colonial enquanto categoria de análise, deve-se entender que neste sentido, as múltiplas formas de opressão e dominação resultantes do processo colonial não são tão somente um todo-conjunto, constituem, portanto, elementos heterogêneos que articulados apresentam-se “descontínuos, e conflituosos numa estrutura comum, num determinado campo de relações, implica pois, requer, relações recíprocas, determinações múltiplas e heterogêneas” (QUIJANO, 2010, p.94). Escapando de interpretações economicistas ortodoxas que instrumentalizam, por exemplo o aspecto racial, outras formas de opressão como resultado de uma “opressão maior”, a saber a capitalista.

Os pontos de interesse nesta questão são: 1) o conceito de totalidade histórico-social é fundamental ao apontar a necessidade de interpretar “um todo”, por suas variáveis internas que escapam deste “todo-explicador”²⁴; 2) a *colonialidade do poder* permite apontar que dentro de um dado período histórico-social há nas relações sociais diferentes hierarquias de poder, organizadas por diferentes bases (raciais, de gênero, de sexualidade, classe, epistêmicas) que por vezes se cruzam ou operam de forma particular, logo, não atuando de modo unilinear ou unidirecional; não constitui estágios do capitalismo que cada sociedade está fadada a passar, torna-se um emaranhado de situações difusas e conexas.²⁵

Nesta esteira, Ella Shotah em entrevista a Santos e Schor (2013), afirma que:

Acho que um importante conceito é o de “temporalidades palimpsésticas”, que significa que o mesmo lugar nacional/transnacional pode ser simultaneamente colonial, pós-colonial e paracolonial. A relação com o povo

²⁴ Com efeito, o controle do Estado-nação nos processos de independência (suposto todo explicador) como forma de romper com o sistema-mundo e a divisão internacional do trabalho é falho: por ser reducionista, não contempla questões outras que constituem a colocação desse Estado-nação nesta posição subalterna, que transcendem a divisão internacional do trabalho. Ou seja: “Así, ambos elementos, raza y división del trabajo, quedaron estructuralmente asociados y reforzándose mutuamente, a pesar de que ninguno de los dos era necesariamente dependiente el uno del otro para existir o para cambiar” (QUIJANO, 2019, p. 263). Há, ademais, questões constituintes como a colonialidade do ser, do saber que, embora articuladas pela dominação econômica: “[...] movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterógena” (QUIJANO, 2010, p. 97-8). Ou seja, não é sobre negar ou hierarquizar as diferentes formas de colonialidade, mas antes entendê-las como peças integrantes de um conjunto, que, todavia, são específicas e singulares, importantes à compreensão em sua totalidade da modernidade/colonialidade.

²⁵ Por exemplo, Angela Davis (2016) descreve como o estupro às mulheres negras escravizadas ocorria como mecanismo de dominação e inferiorização, este processo, por sua vez, organiza-se de forma independente (ou seja, não diretamente necessária) da opressão capitalista, com uma lógica própria que opera em conjunto com a dominação racial e de gênero.

indígena na maior parte das Américas e em Estados de assentamentos coloniais como a Austrália é ainda fortemente colonial, uma história de despossessão que continua. Olhe o impacto da represa de Belo Monte sobre o povo indígena na Amazônia, ou de represas similares no Canadá e até na Índia, onde o desenvolvimentismo nacional vai contra os interesses dos povos indígenas. Então você tem a dimensão neocolonial com a hegemonia econômica dos EUA e do Norte Global, que lentamente define a diante da “ascensão do Resto” (*rise of the Rest*). Agora o Brasil dá dinheiro ao FMI e Angola ajuda Portugal! Como Lula disse, “*c’est tres chic!*” Esse tipo de mudança econômica remodela a hegemonia. E então nós encontramos o “paracolonial” em fenômenos que existem tanto à parte como ao lado do colonial. (SANTOS e SCHOR, 2013, p.709)

Deparamo-nos com um tempo que mistura diferentes temporalidades (não unilinear, portanto), no entanto, não como algo separado de si, como se certos locais estivessem “parados no tempo” e outros “alcançado o progresso”. É dizer que estas diferentes realidades-temporais constituem um único-temporal, o da modernidade/colonialidade. Contudo, estaríamos diante de uma situação que não permite pensar alternativas e meios de escapar desta totalidade difusa e complexa?

De todos os modos, no entanto, para que uma estrutura histórica estruturalmente heterogênea tenha o movimento, o desenvolvimento, ou se se quiser o comportamento de uma totalidade histórica, não bastam tais modos de determinação recíproca e heterogênea entre os seus componentes. É indispensável que um (ou mais) entre eles tenha a primazia – no caso do capitalismo, o controle combinado do trabalho e da autoridade – mas não como determinação ou base de determinações no sentido do materialismo histórico, mas estritamente como eixo(s) de articulações do conjunto. (QUIJANO, 2010, p.94)

Deste modo, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* e a rica contribuição de Fernando Novais (2019) ao tratar do “Sistema Colonial”²⁶, permitem iluminar, utilizando de ambos como elementos do colonial enquanto categoria de análise, o aspecto econômico do Brasil sob o colonialismo em si. Este eixo articulador, tratado por Quijano, no caso brasileiro a partir da obra de Caio Prado Júnior e Novais, passa, como veremos mais adiante, por um processo de “desumanização do humano” e “humanização do capital”, em função da “acumulação primitiva” - algo também próximo de Boaventura Santos (2019) e da imprescindível racialização apresentada por Quijano (2019).

²⁶ “[...] a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento de acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. [...] Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*” (NOVAIS, 2019, p. 87, grifo do original).

O colonialismo enquanto “desumanizador”

Já dizia Quijano (2010, p.93), refletindo sobre a primazia capitalista sobre o poder societal, e não negando sua importância,²⁷ que

sem dúvida que o caráter capitalista deste padrão de poder tem implicações decisivas sobre o caráter e sentido das relações intersubjetivas, das relações de autoridade e sobre as relações em torno do sexo e dos seus produtos. Mas, primeiro, só se se ignorar a heterogeneidade histórica dessas relações e do modo em que se ordenam em cada meio e entre eles, seria possível admitir a unilênica e a unidirecionalidade dessas implicações. E, segundo, neste momento do debate deveria ser óbvio que embora o atual modo de controlar o trabalho tenha implicações sobre, por exemplo, a intersubjetividade societal, sabemos do mesmo modo que para que se optasse pela forma capitalista de organizar e controlar o trabalho, foi sem dúvida necessária uma intersubjetividade que a tornasse possível e preferível.

Portanto, busco explorar, ainda que de forma incipiente e embrionária, este processo de intersubjetividade societal que para além de preferir o capitalismo, o faz de modo que a acumulação do capital ocorra, sem escrúpulos; se necessário a partir da inferiorização de determinadas vidas humanas.²⁸ O que, aliás, configura uma marca-em-comum das diferentes sociedades coloniais e relaciona-se diretamente com os processos de racialização e opressão por gênero - processos estes cujas raízes remontam ao colonialismo e que persistem no presente sob a forma da colonialidade.²⁹

As empreitadas coloniais, neocoloniais, imperialistas operam a partir desta lógica acumulativa e desumanizadora, conforme Césaire (2010, p.31) “nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em vigilante [...] e ao homem nativo em instrumento de produção. Cabe-me agora levantar uma equação: colonização = coisificação”. Caio Prado Júnior aponta que quanto à colônia - “destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio

²⁷ “Em primeiro lugar, é verdade que a experiência do poder capitalista mundial, eurocentrado e colonial/moderno, mostra que é o controle do trabalho o fator supremo neste padrão de poder: este é, em primeiro lugar, capitalista” (QUIJANO, 2010, p. 93)

²⁸ Digno de nota é a seguinte questão: a desumanização de determinadas vidas humanas é, também, marca central para a exclusão de formas de conhecer distintas da “ocidentalocêntrica”, com efeito o “epistemicídio” (SANTOS, 2019, RIBEIRO, 2019) é resultado, neste sentido, da inferiorização do outro, da Alteridade – sendo, portanto, parte importante da estrutura de dominação. Ver também: Miglievich-Ribeiro (2016).

²⁹ Ver os efeitos deste processo de racialização gestado durante o colonialismo na modernidade/colonialidade em Sueli Carneiro (2011) e Abdias Nascimento (2016). E nos lembra Quijano (2019, p. 263) que: “La distribución racista del trabajo al interior del capitalismo colonial/moderno se mantuvo a lo largo de todo el período colonial”. Quanto ao gênero e colonialidade, Lugones (2008) apresenta o conceito “Sistema Moderno/Colonial de Gênero”, também as considerações de Maldonado-Torres (2019, p. 39-41).

européu” (2011, p.28) - a presença do aspecto econômico como guia das ações da empresa colonial possibilitou que o processo de formação brasileira origina-se de uma dinâmica social, cujas relações entre os diferentes grupos e classes, contatos entre as “raças”, ocupação territorial, relações de trabalho deram-se a partir da entidade, tão interior e exterior à realidade, da produção de gêneros para o comércio exterior: a base a qual se conformou o colonialismo. Neste sentido, segundo Novais (2019, p.76), “as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole” tornando-se, como se sabe, um instrumento (e tudo o que ali residia como “colonizado”) aos interesses das Metrôpoles.

Ou seja, somada ao *verdeamarelismo* e à distância das massas em qualquer representação expressivamente popular nas formas de governo, a “inexperiência democrática”³⁰ (CHAUI, 2000; FREIRE, 2011) contribuiu para formar uma nação cuja prioridade plena, por meio da agência das classes detentoras do poder econômico e político (PRADO JÚNIOR, 2012), fosse guiada por interesses econômicos. Este processo, menciono alguns exemplos mais adiante, ainda persiste na modernidade/colonialidade: a desumanização da vida gestada na empresa colonial é marca significativa das relações sociais contemporâneas - emblemática é a racialização realizada no colonialismo ao “negro” (QUIJANO, 2019) e a situação contemporânea desta população afetada por aquilo que Foucault conceitua como “biopoder”.³¹ Em termos de pesquisa histórica nota-se a potencialidade de explorar, para constata-la ou não, a *intersecção* (com rigor histórico e o “colonial” bem definido) entre colonialismo e o “outro lado” da modernidade: a colonialidade.

O hiato existente no presente texto entre estes períodos (sob administração colonial direta e o tempo presente) é, como já dito na introdução, deliberado, haja vista que necessitaria de extensa pesquisa e não caberia no que aqui proponho. Perceba-se, entretanto, que essa análise partiria de um referencial decolonial, ao pensar o Brasil considerando sua marca colonial (em *continuum*), combinaria o passado prático e os estudos históricos do presente, verificaria as situações de semelhança e diferenças, investigaria os processos que se deram neste período que permitiram sua continuidade (como o imperialismo e a imperealidade, ainda pouco trabalhados a partir deste marco), proporcionaria novas interpretações e locais de enunciação.

³⁰ Dentre as diferentes formas de negação da participação popular, o modo de governo brasileiro assentou-se a partir de bases autoritárias, paternalistas, ditatoriais, populistas: em suma, anti-democráticas.

³¹ “Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais de instala no Brasil, pelo Estado, com a conveniência de grande parte da sociedade”, conforme Sueli Carneiro (2011, p. 134).

Deste modo, exemplos de desumanização da vida, de parte da população, em função da importância conferida aos aspectos econômicos³² são abundantes. Durante o livro citado de Prado Júnior, existem diversos pontos que explicitam essa constante. Restrinjo-me a poucos exemplos que demonstram esse efeito do *sentido da colonização* já que “todos os capítulos começam e terminam voltando sempre ao sentido da colonização. Eles provam o sentido da colonização e o sentido da colonização os explica” (NOVAIS, 2011, p.414). Todavia, aos críticos do “Paradigma Pradiano”, como Fragoso e Florentino e a ideia do *Arcaísmo como Projeto*, deve-se ressaltar que tais considerações que visam ir contra o Sentido não o anulam e, tampouco, seu papel neste ensaio; uma vez que o fator desumanizante da colonização e sua motivação sobremaneira econômica mantém-se mesmo com tais formulações e, em uma análise profunda, ainda que com certas incompatibilidades empíricas, o Sentido é essencial à compreensão do colonialismo brasileiro (SOUZA, 2008).³³

Feita tal ressalva, voltemos aos exemplos, e evitando uma possível listagem *ad nauseam*, vejamos em especial os capítulos Povoamento, Grande lavoura, Agricultura de subsistência, Mineração e Administração.

Antes, faz-se necessário retomar o questionamento inicial, que permite pensar o colonial enquanto categoria de análise:

¿Hablamos de *modalidades de gestión y administración* de poblaciones que operan desde *jerarquías* más o menos estables *ligadas a la raza, al género, a la gestión del capitalismo en el período colonial y de la división internacional del trabajo después de las revoluciones industriales?* ¿Entonces *qué son esas modalidades coloniales y cuáles son sus mecanismos concretos de persistencia en cuerpos, lenguajes o signos?* (RUFER, CATELLI, DE OTO, 2018, p.14, grifo nosso)

E situá-lo em um contexto específico, fundamental para sua renovação e utilidade (DE OTO, 2018), que Ricupero (2011, p.429) após ter refletido sobre o Brasil contemporâneo afirma que:

Mesmo assim, *Formação do Brasil contemporâneo* continua a nos interpelar. Até por ainda serem frequentes situações em que trabalhadores são tratados como pouco mais que instrumentos de trabalho. Persiste, além disso, a exclusão de

³² Ávila (2018a, p. 23-27) discorre sobre este processo aliado a uma perspectiva historiográfica. Lander (2014) traça um amplo panorama que aborda diversas esferas da vida, em alguns casos nula, importância conferida (por governos, organizações multilaterais, grandes corporações...) à vida humana.

³³ Ademais, “no plano histórico mais propriamente dito, foi o capital escravista-mercantil - uma forma evanescente do capital - o elemento que, no período que vai dos descobrimentos até a abolição, realizou, em porções da América tropical, a negação concreta do Sentido da Colonização para enfim realizá-lo” (SOUZA, 2008, p. 200). Uma discussão panorâmica sobre este debate pode ser encontrada em Vitorino (2014).

boa parte da população do mercado de produção e consumo, perpetuando, de certa maneira, a condição de ‘desclassificados’. E até num setor de ponta, como o moderno *agrobusiness*³⁴, não é difícil encontrar ecos da grande exploração colonial. Numa outra perspectiva, um momento otimista do país, como o atual, é alimentado pela exportação de commodities, produtos primários que não nos deixam esquecer que o ‘sentido da colonização’ não está tão longe quanto poderíamos desejar.

E, mais adiante:

Em termos mais fortes, talvez se possa até apontar para um paradoxo: apesar de parte significativa do contexto intelectual e político que viu nascer o livro ter desaparecido, sua análise permanece relevante. Mais importante, Caio Prado Jr. continua a ter o que nos dizer, porque os problemas do Brasil que analisou ainda são, em grande parte, os problemas que enfrentamos. (RICUPERO, 2011, p.430)

Uma vez feitas essas considerações, isto é, esboçando suas permanências concretas em dado contexto específico, o primeiro dos casos ilustrativos refere-se ao capítulo Povoamento (p.33-55). Caio Prado Jr. aponta o(s) movimento(s) de povoamento do Brasil durante os três séculos em questão. Se as questões geográficas, certamente importantes para o povoamento, constituem um fator importante, outra categoria desempenha fator determinante. As possibilidades econômicas que dada região oferece aos colonos, que repetidamente lembrado pelo autor buscavam oportunidades de enriquecimento, influenciariam na ocupação de dada região. Para além de oportunidades de sobrevivência e vantagens de instalação que certa região possibilita, o que seria completamente natural, as possibilidades referidas exercem significativa influência. Se assim procede com a instalação das Grandes Lavouras, seu ápice situa-se na Mineração. O autor aponta como a descoberta de jazidas de ouro proporcionou um grande deslocamento, e, por conseguinte povoamento, de regiões como Minas Gerais, Goiás e Matogrosso.

Ao redor dos focos de mineração instalavam-se núcleos urbanos para suporte desta onda de ocupação do interior, ainda que rala e situada nessas regiões. Evidente, portanto, como o fator econômico é responsável por determinar certos focos (significativos) de ocupação do território e, mais ainda, ao lembrar que após a escassez de ouro para extração essas cidades desapareciam quase por completo, isto é, sua existência dava-se exclusivamente em função da

³⁴ Vale destacar que no intervalo de 8 anos (2011-2019) o famoso agronegócio que se refere Ricupero cresceu de forma contundente, adquirindo grande importância e influência na economia e política brasileira. O *verdeamarelismo* abordado mais acima a partir de Chauí (2000) e o já referido “Ato Proibitório” de 1785 ecoam no imaginário brasileiro.

atividade econômica. Neste sentido, este processo adquiriu tal relevo que Eduardo Galeano (2018, p.80-86) aponta a existência de cidades fantasmas que após o ciclo da mineração sucumbiam em esquecimento e esvaziamento, como Potosí na Bolívia e cidades em Minas Gerais no Brasil. Mais sensível, porém neste sentido, é o relato feito por Helena Morley (2016) em *Minha vida de menina* sobre a cidade de Ouro Preto. Neste ponto, pode-se observar o critério estabelecido para um movimento intenso de deslocamento e povoamento destas regiões;³⁵ a saber: a possibilidade de enriquecimento.

Já vistos o Povoamento e a Mineração, cabe destacar agora a Agricultura de subsistência (p.164-177) que como todas as atividades que não se enquadram no funcionamento direto do *sentido da colonização* ocupam aspecto de suporte e de menor importância na organização social, política e econômica da colônia (PRADO JÚNIOR, 2011; NOVAIS, 2019). De modo sintomático, o autor em uma única frase revela todo o caráter que aponta a primazia da economia, da produção de gêneros para o comércio exterior, sobre a vida humana, veja-se: “Como se vê, até a alimentação de seus habitantes é, no Brasil colônia, função subsidiária da exportação” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.173). Ademais, tal é a dimensão econômica na organização, e subjetivação de seus habitantes, da colônia que, não raro, quando os gêneros de exportação atingiam as altas nos preços, a produção de alimentos caía consideravelmente, ocasionando períodos de fome generalizada e escassez de alimentos em razão das supostas possibilidades de enriquecimento.

Tratemos agora da Grande Lavoura (p.135-164) e da Administração (p.316-362), ambas, no mesmo trilho de pensamento, se adequando a primazia do fator econômico. Recorro, novamente, a uma frase sintomática referente a administração colonial:

Um governador [...] resumia em 1805 este pensamento numa confissão crua e nua: ‘Nada me interessa com mais fervor’, escrevia ele ao governo do reino, ‘do que a fiscalização da Real Fazenda. Diminuir as suas despesas o quanto é possível, fazer arrecadar ansiosamente tudo que possa pertencer-lhe sem dano dos vassallos, e esquadrinhar novos recursos para aumentá-la são os objetivos do meu maior desvelo’. (idem, p.357-8).

E não muito distante procedia a Grande Lavoura, a produção voltada ao exterior de gêneros (tais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão...) com o máximo de aproveitamento possível. Neste sentido, já é demais sabido o processo imprescindível da mão de obra

³⁵ Tal situação é de tão grande peso que engendrou sérias preocupações à Coroa Portuguesa, haja vista o intenso fluxo de pessoas que rumavam em direção às minas. Ver: Wilcken (2010, p. 114-6).

escravizada para o funcionamento e manutenção destas propriedades. A objetificação da vida humana em favor da produção e acumulação. Ainda sobre a Grande Lavoura,³⁶ nota-se que sua estrutura, com ligeiras mudanças, ainda se perpetuou até o processo de migração rumo aos centros urbanos no início do século XX (GARCIA, 2003)

Buscando verificar se e como esse processo de “desumanização” em função de aspectos econômicos perpetua-se na contemporaneidade, aceitando a sugestão de Rufer, Catelli e de Oto já citada - “que são essas *modalidades coloniais* e quais são seus *mecanismos concretos de persistência* [...]” (ênfase própria) - encontrou-se o neoliberalismo no plano econômico e na sociabilidade colonial/metropolitana desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2019), com a qual me ocuparei mais adiante.

Desdobramentos perversos: “o colonialismo enquanto ‘desumanizador’”

O processo de desumanização da vida é uma constante em *Formação do Brasil contemporâneo*, mas, também, na modernidade/colonialidade, sobretudo àqueles que ocupam a sociabilidade colonial (SANTOS, 2019). A ilustração nítida da relação entre colonialismo e colonialidade.³⁷

Para Santos, nesta esteira, “dois mundos, apesar de radicalmente diferentes, coexistem nas nossas sociedades ‘pós-coloniais’, tanto no norte global geográfico quanto no sul global geográfico” (2019, p.45). Os dois mundos divididos pelas sociabilidades coloniais e metropolitanas, resultado do colonialismo, consistem em desumanizar certas vidas humanas (aquelas que ocupam a sociabilidade colonial) enquanto outras vidas são dignas de valor, ou plenamente humanas. Os mais atingidos pela exclusão abissal, no ocidente, são os que sofrem da

³⁶ Ferlini (2010, p. 235-6, grifo nosso), sobre as propriedades de menor expressão, aponta que também não escapavam da lógica colonialista: “Dessa forma, na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade [reduzida nas análises coloniais, segundo a autora, pelo mito do grande latifúndio] em si, *mas de impedir a pequena propriedade desvinculada ao processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil*”.

³⁷ Que persiste já em longa data: “Assim, enquanto *na Europa* dos séculos XVI, XVII e XVIII transitava-se da servidão feudal para o trabalho assalariado, que passou a dominar as relações de produção a partir da Revolução Industrial, *no ultramar*, isto é, no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos” como aponta Novais (2019, p. 116). Isto é dizer, *grosso modo*, que não existe *modernidade* sem *colonialidade*.

sociabilidade colonial, que, justamente, estiveram mais próximos do colonialismo enquanto colonizados.³⁸

Manifestando-se concretamente pela influência econômica nas decisões políticas, estas realizadas em função e por parte mínima da população, os “donos do poder”, que ocupam este cenário e exercem inegável influência sobre grande parte da população. Porém, o que seria, de fato, essa “influência econômica” que contribui para, assim como no *sentido da colonização*, conferir maior importância à economia do que às vidas humanas? – nota-se: algumas vidas humanas.

Entendo como o processo vigente de financeirização da economia e da vida (conforme os autores abaixo) que, promovida por instituições econômicas internacionais multilaterais, como o BIRD ou o FMI, afeta diversas esferas da vida concreta das pessoas. Variando da despolitização do termo gênero, para a teoria feminista por excelência transformador, em uma tentativa de “esvaziar” quaisquer rupturas com as bases da colonialidade, conforme Bedía, (2005) e Lagarde (1996, p.13-38); na educação formal e a fabricação, no sentido de *fabricar objetos*, de sujeitos adequados às necessidades do mercado neoliberal, consoante a Libâneo, Oliveira e Toschi (2012); Han (2017) aponta a nova configuração de sociedade em que estamos submetidos a partir da lógica neoliberal, a saber a *sociedade do cansaço*; na erosão de governos autônomos e o enfraquecimento da democracia, estes sujeitos aos “gostos” do mercado econômico-financeiro mundial, segundo Matias (2010); seja no que D’Souza (2010) vai chamar de apropriação de teorias transformadoras para melhorar a governança mundial exercida por essas instituições; no que Ávila (2018a) aponta em suas contribuições recorrendo a Mbembe e a necropolítica e a Butler e as vidas que importam; no “perverso” sentido que a globalização assumiu ao operar em favor da economia e do mercado, em detrimento do desenvolvimento pleno de condições favoráveis à vida humana em nível global, como exposto por Milton Santos (2011); e, por fim, também sintomático é o panorama esboçado por Lander (2014).

Tais exemplos expostos longamente cumprem o objetivo de apontar que, de fato, há um amplo movimento de desumanização da vida, nas mais variadas formas, que, em hipótese, tem íntima relações com situações concretas condicionadas pelo colonialismo, inevitavelmente pelo

³⁸ Três exemplos são dados pelo autor da exclusão abissal e a existência das opressões na sociabilidade colonial, da desumanização de vidas na contemporaneidade tão comum aos processos coloniais ou se quisermos, em Rufer, Catelli e de Oto (2018), “modalidades coloniais”. Ver Santos (2019, p. 41-9).

capitalismo, que se perpetuam no “novo padrão de poder mundial”, da modernidade/colonialidade. Como já supracitado, este processo de conexão entre a desumanização original do *sentido da colonização* e na modernidade/colonialidade não será abordado significativamente neste ensaio. Cabe, contudo, mencionar que Forte (2013) apresenta uma visão relacional entre colonialismo e capitalismo na obra de Prado Júnior buscando compreender o “sentido da colonização” como “estrutura de longa duração”, contemplando, ainda que carecendo de maior aprofundamento, esta conexão que não esboço aqui.

Ademais, Galeano (2018), em uma perspectiva histórica, exemplifica de diversos modos essa continuidade da desumanização da vida que pode ser entendido como este “elo perdido do giro decolonial”, na expressão de Ballestrin (2017); que expandindo a discussão e em crítica ao grupo Modernidade/Colonialidade³⁹ acrescenta o conceito de *imperealidade* (citando Stoler) como possibilidade de interpretação da concreção da colonialidade, em uma relação entre colonialidade do ser, do poder e do saber com uma imperealidade do ser, do poder, e do saber.⁴⁰ Prado Júnior (2004; 1987, p.270-287) reflete sobre a continuidade da essência econômica, tal como no “sentido da colonização”, no Brasil da segunda metade do século XX, articulando o imperialismo com o colonialismo permitindo, portanto, perceber a continuidade da marca colonial em termos econômicos.

A modernidade/colonialidade e o passado prático

Debrucemo-nos neste momento em alguns deslocamentos do fazer historiográfico. Com efeito, os processos de colonização em sua totalidade, em seu sentido amplo que Prado Júnior (2011) busca interpretar, de fato, ainda estão presentes na configuração dos países afetados por

³⁹ Pelo seu distanciamento dos processos imperialistas que, segundo a autora, constitui uma importante contribuição interpretativa da colonialidade na modernidade por meio da “imperealidade”. Vê-se: “Daí que uma imperialidade do poder, do ser e do saber não foram trabalhadas e que a ideia de descolonização não pressupõe uma desimperialização. A explicação de como a colonialidade é reproduzida não consegue ser demonstrada porque prescinde de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, podendo sugerir, se não espontaneidade, uma ausência de atenção que enfraquece o alcance explicativo de como a colonialidade global é formada, quais são seus agentes, para que serve e a quais interesses precisos está servindo” (BALLESTRIN, 2017, p. 520). Nesta esteira, surge uma possibilidade interessante de estudos históricos do presente, o passado prático e os estudos decoloniais; em hipótese, investigar em termos concretos como (e se) estes processos relacionaram-se historicamente, a marca do colonialismo no surgimento da imperealidade, a colonialidade como condição para o imperialismo e a consequente imperealidade (uma vez que assim como a colonialidade está para o imperialismo, a imperealidade está para o imperialismo), a imperealidade enquanto possibilidade de coexistência com a colonialidade...

⁴⁰ Se em *América Latina e o giro decolonial* (2013), Ballestrin não evidencia a ausência do aspecto econômico nos estudos do grupo M/C e do giro decolonial em *Modernidade/Colonialidade sem “imperealidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial* (2017) reconhece a necessidade de uma chave interpretativa ligada aos estudos econômicos, a partir da compreensão do “elo perdido” (o imperialismo e imperealidade) que, em sua ausência, não permite a interpretação concreta da colonialidade em suas três dimensões.

ela e, também, naqueles que o são responsáveis. A análise do colonialismo, busca uma contribuição ao pensamento decolonial, na medida em que procura explorar continuidades e aspectos formativos da modernidade/colonialidade, não de modo distante dos três séculos de colonização – cuja crítica consta no início do presente texto - mas sim, diretamente, a partir dele, de forma situada e orientada, sendo este fator importante para o valor dos estudos decoloniais e sua contribuição para a reversão desta situação, como afirma de Oto (2018). Refletindo, intentando a forma situada e orientada, em Chauí (2000) e Freire (2011) a gênese de processos fundamentais, conforme Quijano (2019), à colonialidade do poder em uma perspectiva brasileira.⁴¹

Para tanto, o passado prático,⁴² enquanto suporte historiográfico é essencial:

Trabalhando nestes termos, e voltando a Mbembe, o fundamental seria tornar o presente estranho a si mesmo, em um movimento capaz de distanciar a atualidade dela própria e, com isso, desnaturalizá-la e historicizá-la criticamente, perguntando-nos sobre em quais presentes vivemos, como eles são construídos e figurados e as maneiras pelas quais nos são apresentados como “naturais” e “dados”. Com isso, penso, talvez seja possível neutralizar a “fé historiadora” em prol de uma reativação, mesmo que tênue diante das condições que nos são dadas, da “fé histórica” que desconjunta o tempo para, quem sabe, permitir a libertação dos seres humanos das histórias lhes impostas como “inevitáveis” e da “política do possível” que nos congela em um presente tirânico. (ÁVILA, 2018a, p. 34)

Nesta esteira, urge voltar-se ao colonial, com base em uma perspectiva histórica e historiográfica, nos estudos do giro decolonial ou pós-coloniais. Por mais que se assente sobre as vivências coloniais, o colonial, como dito, nestas análises é secundário, algo dado e naturalizado. Pensar, portanto, o presente, este tão opaco e a-histórico (ÁVILA, 2018b, 2018c), a partir de uma mirada crítica ao (“esquecido”?) passado é fundamental. Notemos que:

De um simples ‘instrumento de classificação’, geralmente utilizado inconsequentemente, passa-se a uma noção performativa do tempo histórico, ou seja, para as maneiras como atores sociais específicos manipulam, ordenam, organizam, flexionam, apagam, definem e usam as linhas temporais. Em outras palavras, somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadoras inclusos, e não

⁴¹ Embora reconhecidamente limitado, uma vez que serviu como exemplo à compreensão de uma, dentre outras partes constituintes, da desumanização da vida e da ligação entre colonialismo e colonialidade, a partir de uma abordagem política (Chauí e Freire) e econômica (Prado Júnior e Novais).

⁴² “Tudo isso em contraste com o ‘passado prático’ que é estabelecido a serviço do ‘presente’, é relacionado com este presente de um modo prático e do qual, então, podemos retirar lições e aplicá-las ao presente, para antecipar o futuro (ou, pelo menos, o futuro próximo) e fornecer razões, se não justificação, para as ações nele tomadas em nome de um futuro melhor do que a atual dispensação”. (WHITE, 2018, p. 17).

somente observadores passivos de sua passagem. Nomear determinada situação, evento ou processo como pretérita, por exemplo, significa intervir diretamente na sua representação e compreensão; afirmar que, por exemplo, a ‘escravidão não acabou’ ou que o ‘colonialismo é coisa do passado’ é dar a estes acontecimentos um lugar específico na nossa imaginação pública e nas respostas que fornecemos aos problemas de nossos presentes. (ÁVILA, 2018a, p. 33)

Portanto, ao nos virarmos sobre o colonial/colonialismo, a partir do passado prático em associação com as contribuições dos teóricos e das teóricas decoloniais, podemos pensar as “modalidades coloniais e [...] seus mecanismos concretos de persistência em corpos, linguagens ou signos[...]”. O recurso ao passado prático é indispensável, uma vez que tal análise implica, por excelência, em uma mirada crítica ao passado que no “passado histórico” não é possível (WHITE, 2018).⁴³ E, contudo, deve-se ressaltar que este movimento urge contemplar, como dito, o “passado prático” e as contribuições decoloniais (REIS, 2019).

Breve nota sobre os efeitos na produção historiográfica

Nesta esteira, uma análise crítica do passado⁴⁴ pode contribuir para, aliado aos estudos decoloniais (que bebem destas análises), formar teorias compatíveis com aspectos concretos da vida social. Quanto ao Brasil, o *sentido da colonização* demonstrado por Prado Júnior adquire nova forma concreta na ação destes atores, na agência destes órgãos que a um tempo são essencialmente de ordem econômica, isto é, do mercado, e obliteram em suas ações este aspecto. Fazendo-se perceber como processos e instituições “naturais”, a-históricos que encontram respaldo no “passado histórico”, uma vez que não são tensionados ou objetos da reflexão dita histórica. A compreensão, e aqui reside um ponto fundamental, de como os processos do presente se formaram historicamente, eliminando o véu de naturalização e não-historicidade dos atores sociais da modernidade que atuam como se fossem agentes “sobrenaturais”, que, supostamente, assim agem por razões inerentes à ordem natural e incontornável da sociedade

⁴³ “Essa transformação do tempo em si, de um tempo histórico-cronológico para o que parece ser um uma forma de temporalidade anacrônica por meio da qual grupos são expostos a lógicas e conflitos que são considerados como não mais existentes, é parte dos legados da colonização e um alvo central da crítica dos esforços decoloniais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28).

⁴⁴ “Uma teoria da história politicamente informada (crítica, portanto) poderia intervir, [...] de um lado, temos os relatos que conformam o mundo às novas razões neoliberais e neoconservadoras e que contribuem, exatamente por isso, com a continuidade de processos seculares de exclusão e dominação, dando-lhes a aparência de um ‘sentido comum’ ou de ‘naturalidade’, uma intervenção crítica pode operar a contrapelo e demonstrar como determinadas linguagens e enredamentos da realidade e da história, inclusive algumas daquelas empregadas pela própria historiografia disciplinada, estão comprometidas com a desumanização contínua de largos segmentos da população ou na naturalização de uma ordem de coisas que é tudo menos natural – instrumentos de exceção também” (ÁVILA, 2018a, p. 31-2).

moderna. Forma um elemento essencial aos estudos decoloniais e que só é possível a partir de uma visão crítica da história, deslocando os alicerces em que a disciplina se construiu.

O passado prático descolonizado e descolonizador, portanto, pode ser fundamental para iluminar novas possibilidades, fazer renascer a imaginação social e política de alternativas, refletindo criticamente a ordem social vigente (aqui brevemente explorada na esfera econômica), de maneira relacional com os estudos “mais ligados” ao presente, estes do giro decolonial (REIS, 2019).

Neste ponto do estudo, resalto a importância de novos “locus de enunciação”, ou seja, novos locais em que seja possível a “criação” (reconhecimento) de novos conhecimentos.⁴⁵ Seguindo Mignolo (2009; 2003, p. 125-130), adaptando às possibilidades historiográficas, um dos objetivos do presente texto é proporcionar novas formas de conhecer, interpretar e lidar com o passado que não as tipicamente ocidentais cunhadas pela historiografia disciplinada e imbricada com a gênese dos Estados-nações e do desenvolvimento do capitalismo (ÁVILA, 2017) ou, se preferirmos, para tanto “indisciplinar a historiografia” (ÁVILA, 2018b). Embora não negando suas contribuições (se é que seria possível), o “pensamento liminar”⁴⁶ permite – se necessário relacionar-se com a teoria ocidental à maneira “antropofágica” tal como Darcy Ribeiro (MIGLIEVICH-RIBEIRO e ROMERA, 2018) – deslocar a produção historiográfica nos moldes do passado histórico (WHITE, 2018).⁴⁷

Ou seja, não tratamos de gerar, tão somente, novas narrativas ou outras construções (a partir de perspectivas distintas) de um “fato” histórico, mas sim de um processo de “semiosis colonial” (MIGNOLO, 2009) ou de uma busca à ecologia de saberes – e, quiçá, mais radicalmente às epistemologias do Sul (SANTOS, 2010; 2019) -; ao passo que meramente mostrar que existem realidades outras que não as nossas seria um processo inócuo, de introduzir

⁴⁵ Em contraste com: “[...] o passado histórico era um passado construído por historiadores. Ele existia somente em livros e ensaios acadêmicos. Sua autenticidade – ainda que não sua realidade – era garantida por outros historiadores profissionais que aderiam às convenções da guilda sobre o manejo da evidência e a investigação de documentos e que possuíam a autoridade para determinar o que era ou não era uma história legítima”. (WHITE, 2018, p. 16-7). Ou, utilizar destas construções e suas metodologias a partir de um ponto “contra-hegemônico”, seguindo Santos (2019).

⁴⁶ Em exemplo: “‘O zapatismo’, afirmou o Subcomandante Marcos, ‘é e não é marxista-lenista. O zapatismo não é pensamento indígena fundamentalista ou milenarista; e tampouco é resistência indígena. É uma mistura de tudo isso que se cristaliza no EZLN” (MIGNOLO, 2003, p. 127).

⁴⁷ Novas questões surgem e indagam os historiadores preocupados com tais questões, constituindo, portanto, um vasto campo a ser explorado: “¿Hablamos de temporalidades que se imbrican desafiando al tiempo vacío del capital y de la nación, donde las nociones de cambio, proceso/progreso y continuidad deben ser repensadas desde otra gramática? ¿Entonces cuáles son esas figuras coloniales del tiempo presente y cómo desafían las nociones incómodas de tiempo histórico?” (RUFER, CATELLI, DE OTO, 2018, p. 14).

no discurso hegemônico o subalterno ou oprimido, e não romper com esse discurso em si (RUFER, 2010).⁴⁸ Pensar o passado e falar do presente pode ser uma importante ferramenta para futuros distintos, novos e que considerem a marca colonial para novos caminhos. Vê-se:

Los lazos entre el pasado, que me esfuerzo por entender, y el presente, que me motiva a hablar y a escribir, no siempre son obvios. De ahí la constante necesidad de nuevas interpretaciones (entender el pasado y hablar el presente) de textos, eventos, acciones e ideas. (MIGNOLO, 2009, p.177-8).

Garcia (2003, p. 154) estudando sobre “o itinerário diferencial de descendentes dos senhores e descendentes dos escravos” concluiu seu artigo com o seguinte parágrafo, uma lúcida síntese daquilo que procuro refletir e subsidiar aqui:

As lições da história secular revelam que futuros que não recriem as hierarquias e as distâncias sociais fundadas à época de casas-grandes e de senzalas, que não recriem os poderes dos homens cordiais, supõe que *nos debrucemos atentamente sobre as experiências dos que tentaram e tentam buscar praticamente e imaginar formas de convivência social em que a igualdade dos indivíduos seja regra quotidiana*. Se contribuirmos dessa maneira como parceiros de consolidação de tais rumos, permitiremos talvez que se esmaça a trágica imagem cunhada por Eduardo Galeano das “veias abertas da América Latina”, para poder trilhar de maneira confiante, em época de tão avassaladora ofensiva de uma “restauração conservadora” (cf. Pierre Bourdieu, 1998), as “vias abertas pela América Latina”. (GARCIA, 2003, p.183, ênfase própria)

Além deste movimento ser uma possível saída às dúvidas da História disciplinada contemporânea quanto ao seu sentido meio ao mundo da “sociedade do cansaço”, às atribuições que o mercado quer lhe impor e a sua possível recriação enquanto disciplina crítica e conectada com a sociedade e suas demandas (TURIN, 2018).⁴⁹ E, também, em deslocamentos no próprio ensino de história, uma perspectiva outra que procure, em uma associação necessária com o passado prático, retomando Quijano na epígrafe do texto, corrigir o “espejo que distorsiona lo que refleja” (PEREIRA, PAIM, 2018).

⁴⁸ Para Mignolo (2009, p. 174): “En conexión con el locus de enunciación, se debe intentar menos describir y narrar cómo se dieron e implementaron la colonización de las lenguas, las memorias y el espacio, y más identificar los espacios del medio producidos por la colonización como la locación y la energía de nuevos modos de pensar, cuya fuerza reside en la transformación y en la crítica de las ‘autenticidades’, tanto de las herencias occidentales como indígenas. Esta es la razón por la cual en mis trabajos me interesa más explorar nuevas formas de pensar acerca de lo que sabemos, que en acumular nuevo conocimiento bajo viejas formas de pensar”. A contribuição de Mignolo reside mais no que tange a epistemologia, ao passo que propõe uma outra forma de relação com o objeto estudado e consequentemente com o saber resultante.

⁴⁹ “Defender a universidade [abrangendo as humanidades] implica, em última instância, por meio das linguagens que lhe são próprias, defender também uma outra ideia de sociedade. Na conjuntura de fragmentação da esfera pública talvez também caiba pensar a universidade como um lugar possível de elaboração e ampliação de linguagens e, assim, como um elemento componente da esfera pública, não mais na figura do intelectual solitário, mas como centro canalizador de grupos e demandas sociais diversas” (TURIN, 2018, p. 203).

Compreender a história nestes termos implica, portanto, um conhecimento não apenas que relata e busca a “mimesis” do passado (passado histórico), mas como um conhecimento de caráter crítico (passado prático) e potencializador de mudanças (em oposição ao que vem sendo há muito, de permanências).⁵⁰ Nesta perspectiva, os estudos interseccionais entre colonialismo e colonialidade são possíveis, assim como nesta mesma base se erigiram os estudos decoloniais, críticos à “geopolítica do conhecimento” e à “diferença colonial”.

Considerações finais

Haja vista como o colonialismo pode ser interpretado a partir do passado prático, um importante suporte (um tanto ausente, mas não inexistente) nos estudos decoloniais, seu uso deve ser intensificado, ao passo que a contribuição historiográfica pode enriquecer teoricamente e abordar de modo particular certas questões presentes tanto nos estudos pós-coloniais e decoloniais.⁵¹ E, também, contribuir à formação de um sólido arcabouço teórico-metodológico ao entendimento do colonial, como propõe Ruffer, Catteli e de Oto (2018) em suas diferentes variações regionais ou analíticas.

Procurou-se aqui enfatizar o aspecto econômico em uma sumária abordagem ao colonial brasileiro, esboçando possibilidades de análise em que colonialismo e colonialidade estejam em uma única perspectiva. Uma *presentificação* do passado (a interpretação do hoje como resultado do ontem) e uma *preterização* do presente (a interpretação do ontem a partir do hoje). Se alcancei meu objetivo, deve estar claro ao leitor que (ilustrada pela “desumanização da vida”) o passado e o presente estão mais conectados do que pensamos (ou queremos). Portanto, historicizar criticamente o presente pode lançar luzes sobre alternativas possíveis e, inevitavelmente, problemas nefastos. Como nos lembra Ávila, já citado anteriormente, “Em outras palavras,

⁵⁰ “Por eso para los poderes establecidos es fundamental –y lo seguirá siendo– una defensa a ultranza de la historia nacional como identidad aggiornada en multiculturalismo, del archivo como consignación y de la ley como artificio de la convivencia. Porque es cierto que la historia puede ser indudablemente un arma crítica, que el archivo puede volverse contra el Estado que lo autoriza y evidenciar su violencia fundadora y constante, y que la ley ampara ante la desproporción y la inequidad. Pero eso es tan cierto como lo es el hecho de que esos tres dispositivos anudados (historia, archivo y ley) son los que aseguran que la conquista como una permanente reedición de la historia sea indemostrable y sea, sobre todo, imposible de nombrar como principio que organiza las condiciones del presente. Contra esa interdicción, contra ese tabú, es que deberíamos poder escribir con una imaginación temporal crítica y de algún modo post (o contra)-colonial” (ÁNÓN, RUFER, 2018, p. 128).

⁵¹ Como aspectos com maior diálogo com a história, o “início” da modernidade, estudos que adotem a abordagem decolonial nas análises das “administrações coloniais”, nas palavras de Quijano, como lembra Ballestrin (2013) os sub processos de imperialismo dentro da América Latina e outros que possivelmente surgiriam. No entanto, evitando que a história disciplinada atue como detentora da “verdade histórica” o diálogo com outras disciplinas seria fundamental.

somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadores inclusos, e não somente observadores passivos de sua passagem”.

A indagação inicial de Rufer, Catelli e de Oto proporcionou a reflexão sobre a importância, ou não, de pensar em termos mais concretos o colonial para potencializar novos estudos ou repensar os clássicos. Uma mirada crítica e indagadora. Retomando a epígrafe do texto, Galeano (2018) vê no passado (colonialismo) a possibilidade de conhecer o presente (colonialidade), tão histórico quanto o *passado histórico*, nos termos de White (2018), e, portanto, “mudar a realidade”.

Refletir sobre o *colonial* nos estudos decoloniais ou pós-coloniais, a partir do aporte historiográfico do *passado prático*, pode ser de extrema importância ao potencializar a compreensão dos processos do colonialismo e da colonialidade. Naturalizar o colonial é teoricamente perigoso, ao passo que toca processos variados e distintos entre si.

Pensar o Brasil no cenário da modernidade/colonialidade é um desafio e um campo ainda pouco explorado, sobretudo a partir da ótica assumidamente decolonial. Portanto, novas investigações que adotem este desafio, apenas exposto aqui, de relacionar o colonialismo e a colonialidade serão fundamentais para uma melhor compreensão de ambos processos e, também, ao delimitar o que, em suas diversas particularidades, entendemos por “colonial” nos estudos pós-coloniais, decoloniais e até coloniais.

Para tanto, por fim, os caminhos aqui expostos poderão cativar outras reflexões que considerem essas questões. Encerro procurando abrir caminhos e ampliar possibilidades ao invés de oferecer respostas que não aceitam dúvidas.

O uso do passado prático conforme White (2018) e Ávila (2018a,b,c), em oposição ao passado histórico, aliado as reflexões decoloniais (tanto de Mignolo (2003, 2009) e a imprescindível produção decolonial do conhecimento, quanto de Quijano (2010, 2019) e o olhar decolonial ao passado) podem ser a base teórica para unir em uma perspectiva relacional a colonialidade e o colonialismo. Conectados e em muitos casos, como no aspecto econômico analisado por Verdesio (2018), carecendo de maior aprofundamento. Ainda mais importantes no cenário brasileiro exposto por Ballestrin (2013).

Referências Bibliográficas:

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-Colonial studies: The Key Concepts**. 2º ed. New York: Routledge, 2007.

ANÑÓN, Valéria; RUFER, Mario. Lo colonial como silencio, la conquista como tabú: reflexiones en tiempo presente. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 29, p. 107 – 131, 2018. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/lo-colonial-como-silencio-la-conquista-como-tabu-reflexiones-en-tiempo-presente/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ÁVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. **Artcultura**, v. 20, n. 37, p. 21 - 35, 12 dez. 2018a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47236>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p.35-49, dez. 2018b. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. O fim da história e o fardo da temporalidade. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p.243-266, 29 nov. 2018c. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018243>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições*, Goiás, v. 7, n.2, p. 189-209, 04 mai. 2017. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498. Acesso em: 15 out. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago., 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582017000200505&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

BEDÍA, Rosa Cobo. El género en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 18, p. 249 – 258, 3 nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/8441>. Acesso em: 15 out. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

D’ SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

DE OTO, Alejandro. La analogía colonial. **Tabula Rasa**, Colômbia, Bogotá, n. 29, p.19-36, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/la-analogia-colonial/>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FERREIRA, Bernardo. Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã: “revolução da independência” e história do Brasil em Caio Prado Jr. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 489-509, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

FORTE, Vinicius Limaverde. Colonialismo como estrutura de longa duração constituinte do capitalismo: uma reflexão a partir de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova. **Realis**, Pernambuco, v. 3, n. 2, p. 216-229, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8799>. Acesso em: 15 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.154-190, jul-dez, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD. Estudios decoloniales: un panorama general. **KULA, Antropólogos del Atlántico Sur**, [s.l.], v. 6, p. 8-21, abr. 2012. Disponível em: http://www.revistakula.com.ar/numeros-antteriores/numero-6/kula6_1_gesco/. Acesso em: 12 dez. 2019.

HAN, Byung-chul. **Sociedade do cansaço**. 2º ed. ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

KAYSEL, André. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 49-63, junho, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo**. Desarrollo humano y democracia. Madrid: Ed. horas y HORAS, 1996.

LANDER, Edgardo. Crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistência. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

LIBÂNIO, José; OLIVEIRA, João; TOSCHI, Mirza. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10 ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Caio Prado Junior. “Formação do Brasil contemporâneo: Colônia”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 12, p.117-124, jan-

jun, 2008. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3847>. Acesso em: 15 out. 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Colômbia, Bogotá, n. 9, p.73-101, jul-dez. 2008. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S179424892008000200006. Acesso em: 15 out. 2019.

MATIAS, Eduardo Felipe. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um Racismo Marcado. 3º ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOVAIS, Fernando. Entrevista com Fernando Novais. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2º ed. Belo Horizonte: Editor Autêntica, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. El lado más oscuro del Renacimiento. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 67, p.165-203, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79118958009>. Acesso em: 15 out. 2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Linhagens pós-coloniais e possibilidades de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico. In: BAUMGARTEN, Maíra. **Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 108-137, jan-abr. 2018.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 24-68, set-dez 2018.

PEREIRA, N. M.; PAIM, E. A. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Fiosofia**, v. 32, n. 66, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/4015>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História econômica do Brasil.** 34^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul:** Cortez Editora, 2010.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Aberto,** Venezuela, v. 28, n. 1, p. 255 – 301, jan-mar, 2019. Disponível em: <http://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/29720>. Acesso em: 11 dez. 2019.

REIS, Arthur. Sociologia e História: uma historiografia das epistemologias do Sul. **Rev. Disc. Planície Científica,** Campo dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 2, p. 1-15, dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/29425> . Acesso em: 10 dez. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** 2^o ed. São Paulo: Pólen, 2019.

RICUPERO, Benardo. Posfácio: História e política em *Formação do Brasil contemporâneo.* In: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memória social,** v. 14, n. 28, 2010. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoysociedad/article/view/8247>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____; CATELLI, Laura; OTO, Alejandro de. Introducción: pensar lo colonial. **Tabula Rasa,** Colômbia, Bogotá, n. 29, p.11-18, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/introduccion-pensar-lo-colonial/>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 701-726, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200020>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Livro vira-vira 2. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: Perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. **Mundos do Trabalho,** Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 31-41, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2018v10n19p31> .Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, João Paulo A. de. Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. **Estud. Econ.,** São

Paulo, v. 38, n. 1, p. 173-203, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35945>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 186-205, ago, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000200186&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VERDESIO, Gustavo. Colonialidad, colonialismo y estudios coloniales: hacia un enfoque comparativo de inflexión subalternista. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 29, p.85-106, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.phpscript=sci_abstract&pid=S179424892018000200085&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

VITORINO, A. Escravidão e capitalismo: notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970. **Angelus Novus**, n. 6, p. 37-56, 12 set. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88880>. Acesso em: 10 jan. 2020.

WHITE, Hayden. O passado prático. **Artcultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p.9-19, 12 dez. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47235>. Acesso em: 15 out. 2019.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.